

Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

PIB fraco mostra efeito prolongado da crise

A despeito das previsões de crescimento econômico para o Brasil em 2012, que estimavam um crescimento em torno de 3,3%, os números indicam que o resultado será bem mais fraco do que o esperado. Dados divulgados no dia 1º de maio pelo IBGE revelam que o crescimento registrado no primeiro trimestre do ano ficou em 0,2%, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No acumulado nos quatro trimestres terminados em março de 2012, o crescimento foi de 1,9% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Os dados indicam que o crescimento em 2012 dificilmente passará dos 3%. E apesar de o governo, já há certo tempo, estar trabalhando no sentido de implementar medidas de incentivo ao consumo e à produção, as dificuldades encontradas no mercado interno e as turbulências internacionais, sobretudo com a crise na zona do euro, limitaram a eficácia de tais medidas.



Em agosto de 2011 o Banco Central deu início a um ciclo de reduções da taxa básica de juros, a Selic, reduzindo-a gradativamente, explicitando a determinação da autoridade monetária de dar estímulos para o crescimento econômico. Na última reunião do Copom, a Selic foi reduzida para 8,5% ao ano; em agosto de 2011, quando começou o afrouxamento monetário, a taxa era de 12,5%. O BC também diminuiu o volume de dinheiro que os bancos são obrigados a reter na autoridade monetária (depósito compulsório); o montante deverá ser usado como crédito para compras de automóveis.

CONTATOS

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores
Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

Além disso, foram anunciadas reduções de até 7 pontos percentuais no IPI dos automóveis, o IOF passou de 2,5% para 1,5% ao ano para o crédito para o consumo e também foram reduzidas as taxas de juros cobradas pelo BNDES nas linhas de crédito para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e para o Programa Proengenharia. Além das reduções nas taxas de juros e das desonerações, o governo agiu no sentido de, através dos bancos públicos, tentar diminuir os *spreads* bancários e aumentar o crédito ao consumidor.

Apesar de todos os incentivos, a economia tem mostrado dificuldade em acelerar o crescimento. Dados divulgados pelo Banco Central mostram que, mesmo com a diminuição da Selic e com os bancos promovendo reduções das taxas de juros ao consumidor, o estoque de financiamentos no país desacelerou em abril, em relação a março. No mesmo período a inadimplência atingiu o maior nível desde 2009, chegando a 7,6%. A alta da inadimplência pode ter um efeito bastante negativo sobre a estratégia do governo de aumentar o consumo via o aumento da oferta de crédito.

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, em comparação com o último trimestre de 2011, o crescimento foi puxado pela indústria, que cresceu 1,7%, e pela alta de serviços (0,6%) que se expandiram, mas a agropecuária caiu 7,3%. O crescimento da indústria foi liderado pela indústria de transformação, que subiu 1,9%. Sob a ótica do gasto, os consumos da administração pública (1,5%) e das famílias (1,0%) cresceram, enquanto a formação bruta de capital fixo caiu 1,8%. No que se refere ao setor externo, as importações de bens e de serviços aumentaram em ritmo superior ao das exportações: 1,1% contra 0,2%.

Com o mercado interno ainda não recuperado, a situação no exterior pode acabar agravando o problema. O aprofundamento da crise europeia, as dificuldades de recuperação dos Estados Unidos e o crescimento menos vigoroso apresentado pela China podem trazer consequências negativas para o Brasil se a crise internacional se refletir em diminuição das exportações e pelo corte de crédito por bancos europeus a bancos brasileiros.

Entendendo a crise e a alta do dólar

No mercado financeiro é comum acompanharmos uma alternância entre momentos de euforia e pânico. No último mês, impulsionado pela crise na Europa, o mercado viveu períodos de apreensão, fazendo com que as bolsas de valores em todo o mundo caíssem e que a cotação do dólar frente a outras moedas, sobretudo ao euro, se valorizasse.

Mas o que esperar da cotação do dólar para o futuro? A resposta para essa pergunta depende basicamente do futuro da zona do euro, que passa por um período de turbulência. Para entender melhor o que se passa no outro lado do Atlântico, recapitulemos brevemente os fatos dos últimos meses. Como é sabido, alguns países da Europa, em especial a Grécia, têm vivido momentos de crise motivados principalmente por suas respectivas dívidas públicas, que assumiram valores demasiado altos, aumentando a desconfiança do mercado sobre a capacidade de esses países honrarem seus compromissos. Com a desconfiança sobre um possível calote, a capacidade de captar recursos junto a credores externos também foi afetada, fazendo com que esses países ficassem limitados a recorrer somente à zona do euro e ao FMI, que, por sua vez, para liberar recursos, fazem exigências acerca de uma austeridade fiscal, considerada excessivamente rígida por muitos.

A austeridade fiscal significa, na prática, aumentar a arrecadação através de impostos, congelar ou mesmo diminuir o salário de servidores públicos. Em um período de baixa atividade econômica ela pode gerar desemprego, o que vem ocasionar mais pobreza. Muito naturalmente, a população desses países teme os efeitos dessa medida. A Grécia já recorreu a pacotes de ajuda em que foi forçada a implementar medidas contracionistas e o seu PIB caiu 13% desde o início da crise. A taxa de desemprego grega já é a segunda mais elevada da União Europeia, perdendo só para a Espanha, que registra um índice de desemprego de 24,1% da força de trabalho, com o agravante de que mais de 50% da população com menos de 25 anos não consegue arrumar trabalho. Com isso, os povos dessas nações estão bastante divididos em relação aos caminhos políticos que esses países devem seguir. Os partidos políticos mais ligados às causas socialista e trabalhista vêm ganhando espaço. Na França, o representante do partido socialista francês ganhou a eleição. Na Grécia, onde haverá eleições no dia 17 de junho, as pesquisas mostram uma indefinição entre os partidos pró e contra o socorro financeiro ao país (acompanhado pelas medidas de austeridade fiscal). O não comprometimento da Grécia em adotar as medidas impostas pela zona do euro ou pelo FMI pode significar a sua saída desse bloco monetário, o que motivaria um caos nos mercados, já que muito se especularia se outros países com dívidas fragilizadas também seguiriam o mesmo caminho.

O resultado das eleições na Grécia já será um primeiro passo para diagnosticar se a tendência de alta do dólar irá persistir. Logo, diante do panorama externo não há motivos para dizer que a tendência do dólar irá mudar a curto prazo. Entretanto, no momento não se justificam investimentos em moeda estrangeira ou em fundos cambiais, salvo se for para curtíssimo prazo

e para investidores mais experientes. O passado recente nos mostra que as valorizações da moeda norte-americana não têm sido consistentes ao longo do tempo. Elas estão sempre relacionadas a alguma turbulência no cenário externo e não persistem por prazo superior a um ano.

Corte de juro seguido por aumento das taxas

O segundo semestre de 2012 começou com forte pressão por parte do governo federal para que os bancos diminuíssem as taxas de juros praticadas em suas linhas de crédito. Diante de tal pressão o que se seguiu foi um movimento dos principais bancos do país promovendo reduções em suas taxas. Contudo, a briga por *spreads* mais baixos veio acompanhada por um aumento nas tarifas; para compensar a queda no ganho com juros os bancos calibraram no aumento dessas tarifas.

Puxados pelos bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, os principais bancos privados também promoveram reduções em suas mais importantes linhas de empréstimo e financiamento. Grandes cortes foram anunciados pelos bancos como, por exemplo, taxas para financiamento de carros de até 0,85% ao mês e taxas para empréstimo pessoal de até 1,8% ao mês. Em face de tais reduções, a Proteste foi até as agências bancárias para conferir se o consumidor conseguiria acessar essas taxas. O que constatamos foi que, embora as reduções tenham sido bastante significativas, as taxas mais baixas não estavam disponíveis a todos, além de estarem sujeitas a várias condições.

Enquanto os juros ensaiavam um movimento de queda, as tarifas sinalizam na direção oposta. Logo após o anúncio de reduções nas taxas de juros foi percebido também um aumento bastante significativo das tarifas bancárias e nos pacotes de serviços oferecidos pelas instituições.

Em outras situações foram verificados aumentos ainda mais abusivos. Bancos criando pacotes de serviços bem semelhantes aos que já existiam, mas com o preço da tarifa bem superior e condicionando a concessão de juros mais baixos à adesão a esses pacotes. É o caso do pacote do Itaú "Maxi Conta Portabilidade do Salário" e do "BOMPRATODOS", pacote oferecido pelo Banco do Brasil.

Para ter acesso às melhores condições de juros, como o cheque especial de 3,94% ao mês, os clientes do Banco do Brasil terão que aceitar pagar de 36% a 52% a mais em tarifas por seu pacote de serviços. No Itaú, para poder utilizar as taxas de juros mais baixas, além de transferir o recebimento do salário para o banco, é preciso estar disposto a pagar pelo pacote "Maxi Conta Portabilidade do Salário", que é até 56,5% mais caro.

Os aumentos pesaram no bolso do consumidor e já apresentam seus reflexos sobre o resultado da inflação. De acordo com o IBGE, o IPCA-15 de maio registrou um avanço de 1,66% no valor da tarifa - o valor é o maior desde julho de 2011, quando a alta ficou em 2,02%. Segundo o IBGE, no ano, as tarifas bancárias subiram 2,64%, enquanto o índice geral teve um aumento anual de 2,39%. Em 12 meses a alta é de 8,39%.

O aumento da receita com tarifas apontou na mesma direção dados dos quatro maiores bancos de capital aberto do país - Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander -, que indicam uma alta de 17% na receita de tarifas e prestação de serviços no primeiro trimestre de 2012, em relação ao mesmo período do ano passado. O ritmo da alta deste início de ano supera o crescimento anual observado em 2011 e 2010, de 13% e 14%, respectivamente.